

E-PAPER

O que escondem os gastos dos Jogos

Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS

Caio Lima e Julia Bustamante

Editado pela Fundação Heinrich Böll Brasil, Junho de 2016

Sobre os autores

Caio Lima é economista e militante do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas.

Julia Bustamante é assessora e educadora popular no Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) desde 2014. Economista formada pela UFRJ, cursa atualmente o Mestrado em Planejamento Urbano e Regional do IPPUR/UFRJ.

Editado pela Fundação Heinrich Böll

Junho de 2016

Revisão: Marilene de Paula

Diagramação: Beto Paixão

Fundação Heinrich Böll Brasil

Rua da Glória, 190 – 7º andar

Glória – Rio de Janeiro/RJ

20241-180

Tel.: 55 21 3221 9900

<https://twitter.com/HBSbrasil> | <https://www.facebook.com/bollbrasil/>

info@br.boell.org | www.br.boell.org



Licença Creative Commons: <https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/br/>

Sumário

1. Apresentação	4
2. Quanto custarão os Jogos Olímpicos?	5
Orçamento inicial	6
O que esconde o discurso oficial?	7
Quem está ganhando o ouro?	9
3. Conclusão	12

1. Apresentação

Os Jogos Olímpicos de 2016 encerram uma década de megaeventos na cidade do Rio de Janeiro. Depois dos Jogos Pan-Americanos de 2007, da Copa das Confederações e da Copa do Mundo¹, foi prometido que 2016 seria o momento de celebrar o esporte e em 2013 a união dos povos e em 2014 coroar uma cidade transformada. A beleza da cidade, o amor ao esporte, a alegria e receptividade dos brasileiros são elementos que povoam o imaginário internacional sobre os jogos no Rio. Contudo, a realidade se mostra mais dura do que as imagens de televisão e do marketing fazem crer. A transformação dos Jogos em negócio e a forma como o poder público direciona os recursos tem transformado o Rio de Janeiro em cenário de constantes violações de direitos humanos, acentuando um projeto de cidade desigual e excludente. Ao frustrar a esperança de uma cidade que seria transformada para benefício de todos, entretanto, o projeto olímpico jogou “água no chope” de milhões de cariocas.

O projeto de cidade em curso e as graves violações de direitos humanos têm, ainda que com pouco espaço, sido denunciados e analisados². Esse artigo faz parte deste esforço e tem por finalidade apresentar da forma mais nítida possível o orçamento dos Jogos Olímpicos, desvendar os dados e o discurso oficial e explicitar alguns dos principais beneficiados por sua realização e os interesses em jogo desses atores. Porém, explorar os meandros do orçamento dos Jogos exige um esforço olímpico e, na medida em que a preparação da Olimpíada já foi chamada de “Jogos Obscuros”³, pode-se dizer que os governantes brasileiros estão a uma maratona de um nível meramente aceitável de transparência e participação.

Na Cerimônia de Abertura dos Jogos Olímpicos as principais autoridades na mira das câmeras serão possivelmente Michel Temer e Thomas Bach, respectivamente presidente interino do Brasil, país-sede, e presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI). Ao lado dos dois estará Eduardo Paes, prefeito do Rio de Janeiro. Como prefeito da cidade-sede, Paes é o maior defensor do megaevento. Nessa posição, o prefeito e sua administração têm repetidamente disseminado a informação de que a maior parte dos gastos olímpicos é oriunda da iniciativa privada. Trata-se de uma falácia.

Na contramão desse discurso, procuramos contribuir com o debate público sobre o financiamento dos Jogos, ainda mais importante nesta conjuntura de ajuste fiscal implantado nas três esferas, o que tem acentuado cortes orçamentários nas áreas sociais. Apresentaremos, na primeira seção, os dados oficiais sobre o orçamento olímpico. Em seguida, procuraremos apresentar argumentos que questionam os dados oficiais, evidenciando que existem recursos públicos omitidos ou mascarados como provenientes do setor privado. Em seguida, serão apresentados alguns dos maiores beneficiados pela realização dos megaeventos e pela implantação do projeto de cidade em curso.

1 Além dos megaeventos esportivos, o Rio de Janeiro também recebeu os Jogos Mundiais Militares, em 2011, a Rio+20, em 2012, e a Jornada Mundial da Juventude, em 2013.

2 Para ficar em um exemplo, o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio produz anualmente o Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro disponível em <http://br.boell.org/pt-br/2015/12/10/dossie-rio-olimpiadas-2016-os-jogos-da-exclusao>

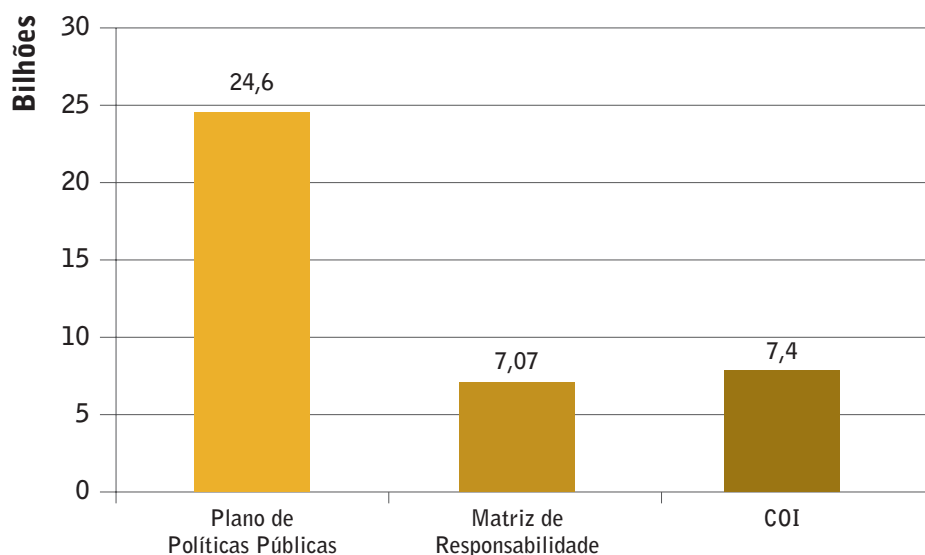
3 Esta alcunha foi utilizada por um dos maiores sites de jornalismo brasileiro em razão da falta de transparência dos dados olímpicos e de violações na Lei de Acesso à Informação. Ver mais em: <http://olimpiadas.uol.com.br/especiais/jogos-obscuros.htm#capa/1>

2. Quanto custarão os Jogos Olímpicos?

Desvendar o orçamento dos Jogos Olímpicos Rio 2016 é uma tarefa que exige esforço. Apesar do pouco tempo para a cerimônia de abertura, temos ainda um longo caminho pela frente em termos de transparência nos gastos e condução das Olimpíadas em geral.

O orçamento oficial das Olimpíadas soma R\$ 39,07 bilhões, divididos em três componentes: a dotação de R\$7,4 bilhões do Comitê Organizador; os R\$ 24,6 bilhões do Plano de Políticas Públicas e Legado (que inclui obras das três esferas de poder) e a Matriz de Responsabilidades, que lista investimentos de R\$7,07 bilhões com equipamentos considerados exclusivamente ligados à realização do evento.

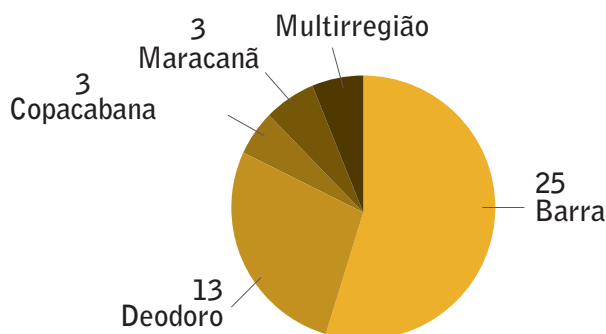
Gráfico 1: Orçamento das Olimpíadas por componentes (em bilhões de reais)



Enquanto na Copa do Mundo a Matriz de Responsabilidade abarcava gastos tanto nas arenas quanto em segurança, telecomunicações e mobilidade⁴, na Olimpíada a estratégia foi diferente. Optou-se por dividir o orçamento em três partes, chamando uma - a maior - de Plano de Legado, de modo a se precaver de críticas similares às feitas durante a Copa.

Gráfico 2: Quantidade de projetos ligados às Olimpíadas por região da cidade

Projetos da Matriz por região: investimentos são maiores em região elitizada



⁴ Disponível em http://www.esporte.gov.br/arquivos/assessoriaEspecialFutebol/copa2014/Matriz_consolidada_dez_2014.pdf

Segundo a Prefeitura: “os Jogos Olímpicos Rio 2016 são os Jogos do Legado. Para cada R\$ 1 investido em equipamento olímpico, outros R\$ 5 são usados em obras de legado, ou seja, que vão melhorar o dia a dia de quem vive na cidade”⁵. Grande parte do orçamento olímpico tem, portanto, relação com um projeto de reestruturação da cidade, que não está necessariamente vinculado à Olimpíada, mas é por ela legitimado e intensificado. Ao chamar o Plano de Políticas Públicas de Plano de Legado, a Prefeitura tenta melhorar a opinião pública sobre os Jogos, incluindo obras que fazem parte da política municipal – como Porto Maravilha e obras de Saneamento – como parte de um legado olímpico.

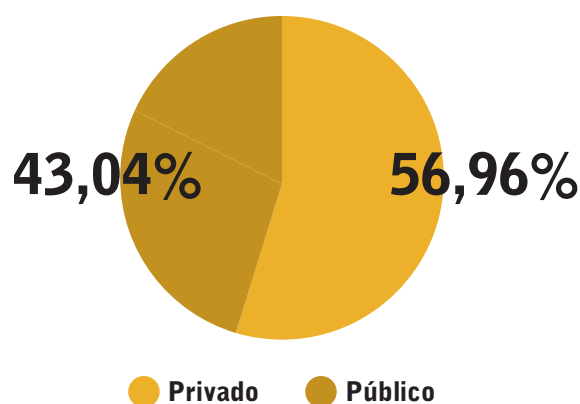
Da mesma forma, obras que poderiam constar na Matriz de Responsabilidade – como o viário do Parque Olímpico, a requalificação urbana do entorno do Estádio Olímpico, o Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCD) e locais que servirão para treinamento oficial durante os Jogos – constam no Plano de Legado, aumentando o valor deste em relação às obras diretamente relacionadas aos Jogos e possibilitando a afirmação falaciosa segundo a qual para cada R\$1 investido em equipamentos R\$5 são investidos em “legado”.

Orçamento inicial

No dossiê de candidatura, apresentado em 2008, o valor estimado dos Jogos era de R\$28,8 bilhões. Com a mais recente atualização da Matriz de Responsabilidade, em janeiro de 2016, este valor passou para R\$39,07 bilhões nos dados oficiais, superando em quase R\$14 bilhões o custo da Copa do Mundo de 2014 e chegando a quase dez vezes os R\$3,7 bilhões gastos com os Jogos Pan-americanos de 2007.

Nesta versão da Matriz houve um aumento da participação do poder público, que passou de 36% em agosto de 2015 para 40,1%. O somatório dos recursos privados nos três componentes do orçamento é de R\$ 22,26 bilhões, o que corresponde a 56,9% do orçamento total previsto, de acordo com os dados oficiais. Esse total vem, no entanto, sendo questionado, como veremos na seção seguinte.

Gráfico 3: Divisão proporcional dos gastos privados e públicos dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro 2016



Fonte: Matriz de Responsabilidade, atualizada pela Autoridade Pública Olímpica em janeiro de 2016.

5 Disponível em http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4379008/4130519/RIO2016_estudos_PORT.pdf

Tabela 1: Orçamento dos Jogos segundo dados oficiais do Governo (R\$ bilhões)			
Orçamento	Setor Público	Setor Privado	Total
Matriz de Responsabilidade	2,84	4,24	7,08
Comitê Organizador	0	7,40	7,40
Plano de Políticas Públicas	13,96	10,62	24,60
Total segundo o Governo	16,87	22,26	39,07
% segundo o Governo	43,04%	56,96%	100%

O que esconde o discurso oficial?

Como era de se esperar, o prefeito Eduardo Paes é o maior defensor dos Jogos Olímpicos. Reiteradamente, tenta distanciar a preparação da Olimpíada da realização da Copa do Mundo. Faz parte dessa estratégia midiática afirmar que as obras serão entregues no prazo, que não existirão “elefantes brancos”, nem aumento no custo das obras⁶. Para complementar a defesa da Olimpíada exalta sempre que possível a participação da iniciativa privada, oficialmente maior que do setor público.

Apresentar à opinião pública que os recursos da iniciativa privada prevaleceriam frente aos gastos públicos é importante para a Prefeitura e para o Comitê Olímpico Internacional, que imediatamente abraçou esse discurso. Num momento em que algumas cidades se recusam a entrar na disputa para ser sede da Olimpíada, em grande parte devido aos elevados gastos públicos, sustentar que é possível realizar o evento com recursos privados é extremamente importante para o COI.

Por outro lado, a Prefeitura parece querer tirar dos Jogos Olímpicos seu caráter político ao argumentar que a maioria dos recursos seria de origem privada. É comum na sociedade brasileira que se apresente quem paga a conta como se este fosse o único interessado numa determinada questão. Por exemplo, na maioria dos casos, a propriedade privada de imóveis é apresentada como de interesse único e exclusivo do proprietário, quando a Constituição Federal sobrepõe a função social da propriedade - o interesse público - ao interesse particular. Assim, a Prefeitura parece reforçar essa imagem quando sistematicamente afirma que os gastos na Olimpíada seriam majoritariamente da iniciativa privada, ao mesmo tempo em que desqualifica os setores com uma visão crítica ao megaevento.

Mesmo que todo o investimento da Olimpíada fosse proveniente da iniciativa privada, ainda assim, sua realização é de interesse público. Afinal de contas, os recursos e projetos envolvidos na preparação da cidade para os Jogos Olímpicos interferem na vida dos cidadãos e estão modificando a própria dinâmica da cidade⁷. No entanto, os governos estadual e municipal costumam desrespeitar a Lei de Acesso à Informação. Principalmente quando se trata de assuntos relacionados aos megaeventos⁸, são raros os espaços de participação popular nos

⁶ Somente *a posteriori* é possível dizer se foram construídos “elefantes brancos”, mas as outras duas informações não são exatas. A obra do Centro Olímpico de Tênis recebeu dois aditivos e está em atraso, assim como acontece com o Centro Olímpico de Hipismo. Informações em: <http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/esporte/2015/07/10/arenas-da-rio-2016-estouram-orcamento-rio-faz-ginastica-para-pagar-obras.htm> e <http://m.folha.uol.com.br/esporte/2016/01/1733109-em-ano-olimpico-reforma-do-centro-de-hipismo-segue-sem-projeto-definido.shtml?mobile>.

⁷ Para uma análise crítica ver: http://www.observatoriodasmegacidades.net/images/abook_file/%20rj_megaeventos_2015.pdf

⁸ Conforme matéria supracitada: Jogos Obscuros. Outro exemplo pode ser encontrado aqui: <http://artigo19.org/wp-content/uploads/>

projetos ligados a preparação destes e nos espaços existentes, como audiências públicas, frequentemente são utilizadas manobras que inviabilizam a participação dos cidadãos⁹.

Não bastasse o perfil autoritário demonstrado pela prefeitura carioca e a insistência em afirmar que os recursos privados seriam majoritários no orçamento da Olimpíada, a análise crítica dos dados oficiais levanta uma série de questões controversas. A primeira delas se refere à própria forma de apresentação do orçamento olímpico, dividido em: Matriz de Responsabilidade; Plano de Políticas Públicas; e Orçamento do Comitê Organizador. Como informado, o último componente se refere exclusivamente aos gastos operacionais dos Jogos, é composto por recursos privados e não tem qualquer controle público. Assim, opta-se aqui por sua exclusão do orçamento.

Ao mesmo tempo em que este tipo de gasto é incluído no orçamento oficial, vemos excluídas as isenções fiscais que beneficiam as entidades promotoras dos megaeventos esportivos. As isenções fiscais são concedidas pelos três entes federativos¹⁰, porém só foi possível encontrar informação da estimativa do Governo Federal, no valor de R\$ 3 bilhões¹¹. Importante lembrar que as leis criadas no contexto dos megaeventos não apenas abordam isenções fiscais, mas também legislam sobre outros pontos questionáveis. Por exemplo, foram instituídos espaços de exceção nas cidades-sede por ocasião da realização da Copa do Mundo, o que também poderá ser utilizado para a cidade do Rio quando houver os Jogos. A Lei Geral das Olimpíadas (PLC 02/2016), sancionada pela Presidência da República, abre margem em seu artigo 9º, através da instituição de "áreas de interesse", para a proibição da comercialização de marcas que não sejam patrocinadoras do evento e para a repressão aos trabalhadores informais (camelôs). Além disso, foi recentemente sancionada a Lei Antiterrorismo, criticada por ser muito abrangente e ameaçar o direito à livre manifestação.

Contudo, as isenções e renúncias fiscais não são a única omissão de recursos públicos no orçamento oficial. Não são contabilizados gastos com móveis para a Vila Olímpica, custeio de órgãos criados para os Jogos e, até mesmo, com as indenizações paga aos moradores da Vila Autódromo que não aguentaram a pressão psicológica e a desestruturação dos serviços públicos na comunidade impostos pela Prefeitura e seus funcionários e optaram por serem indenizados. Estes gastos omissos totalizam R\$ 409 milhões e por duas vezes foram excluídos da Matriz de Responsabilidade¹².

A terceira omissão acontece na apresentação das duas maiores Parcerias Público-Privadas do Brasil, a saber, do Porto Maravilha e do Parque Olímpico. Nos dados oficiais, não aparecem as contraprestações públicas obrigadas por contrato e, no caso do Parque Olímpico, não é monetizado o valor do terreno público cedido como contraprestação, de 1,18 milhões de metros quadrados.

Portanto, levando em consideração as questões levantadas, apresentadas pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, e atualizando os dados da versão mais nova da Matriz de Responsabilidade, chega-se à seguinte tabela.

2015/07/Relat%C3%B3rio-BRT-Transol%C3%ADmpica.pdf

9 Exemplo do desrespeito com a população aconteceu na Audiência Pública sobre a privatização do Estádio Maracanã, palco da final da Copa do Mundo e das cerimônias de Abertura e Encerramento da Olimpíada. Para saber mais: <https://comitepopulario.wordpress.com/2012/11/09/notapublica-nao-houve-audiencia-publica-de-concessao-do-maracana/>

10 Por exemplo, a lei municipal nº 5.230/2010 - que dispõe sobre incentivos e benefícios fiscais relacionados com a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 - garante isenções de pagamento de IPTU, ITBI, bem como perdão de dívidas e redução da alíquota do ISS durante a construção de Hotéis-residências localizados na área do Porto Maravilha e demais hotéis, pousadas, resorts e albergues em serviços relacionados a esses megaeventos.

11 Disponível em <http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/11861>

12 Para saber mais: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2016/01/1734896-custo-de-arenas-olimpicas-chega-a-r-7-bi-documento-segue-ocultando-gastos.shtml>

Tabela 2: Quadro de Divisão dos Recursos (em bilhões de R\$)¹³

Orçamento	Setor Público	Setor Privado	Total
Matriz de Responsabilidade	2,84	4,24	7,08
Plano de Políticas Públicas	13,96	10,62	24,58
Itens não incluídos			
Custos Públicos não incluídos na Matriz de Responsabilidade	0,5 ¹		0,5
Contraprestação Pública da PPP do Porto Maravilha	1,21 ²		1,21
Contraprestação Pública em dinheiro da PPP do Parque Olímpico	0,53		0,53
Contraprestação Pública em terreno da PPP do Parque Olímpico	2,7 ³		2,7
Isenções e Renúncias Fiscais	3 ⁴		3
Gastos com Segurança Pública (Ministérios da Justiça e da Defesa)	0,93		
Total	25,67	14,86	40,53
%	63,33%	36,67%	100,00%

*As notas referentes a essa tabela estão na página 13.

Ao analisar a tabela com os números oficiais e a tabela proposta pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, observa-se que o valor final é semelhante, ambos na casa dos R\$ 39 bilhões, porém sua composição é bastante diferente. Primeiro, a parcela correspondente ao Orçamento do Comitê Organizador foi excluída e substituída pelas omissões de recursos públicos. Segundo e mais importante, revela-se a inversão entre a participação da iniciativa privada e os recursos públicos.

Enquanto na tabela oficial a maioria dos gastos fica a cargo da iniciativa privada, nesta tabela vemos que os gastos advém majoritariamente do setor público. O resultado oficial só é possível, portanto, através de três omissões: das isenções e renúncias fiscais concedidas; de investimentos públicos vinculados ao evento não contabilizados; e das contraprestações públicas, tanto monetárias como dos terrenos cedidos, vinculadas às Parcerias Público-Privadas do Porto Maravilha e Parque Olímpico. Estas omissões parecem representar a transferência de recursos públicos para o setor privado no contexto da preparação do Rio de Janeiro para a Olimpíada, porém não ficam explícitas nos dados oficiais.

Quem está ganhando o ouro?

Enquanto o discurso oficial informa amplamente que a Olimpíada é majoritariamente bancada pela iniciativa privada, analisando criticamente as informações oficiais, chega-se a um resultado oposto, que aponta para a transferência de recursos públicos para o setor privado. Contudo, não estamos diante de qualquer tipo de transferência. Como apresentado na Tabela abaixo, observa-se a repetição de grandes empreiteiras nas obras vinculadas à Olimpíada.

13 Atualização da Tabela proposta pelo Comitê Popular da Copa e da Olimpíada.

Empreiteiras contratadas nas licitações das grandes obras vinculadas a Olimpíada na cidade do Rio de Janeiro – 2014¹⁴

Empreiteiras	Consórcios ou parcerias das quais participam	Obras	Valor total dos contratos ⁵	Evento e órgão responsável
Odebrecht	Consórcio Construtor Rio Barra	Construção do Metrô Linha 4	8,790 bilhões ⁶	Governo do Estado
	Consórcio VLT Carioca ⁷	Construção do VLT - Veículo Leve sobre Trilhos do Porto Maravilha	1,188 bilhões	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Rio de Janeiro (CDURP)
	Consórcio Rio Olímpico ⁸	Construção do BRT Transolímpica - Construção da Via Expressa	1,912 bilhões ⁹	Prefeitura Municipal
	Parceria com a Sanerio Construções	Construção do BRT Transoeste	91,55 milhões	Prefeitura Municipal
	Concessionária Porto Novo	Projeto Porto Maravilha - Projeto de Revitalização da Zona Portuária. Fase 2	8,2 bilhões ¹⁰	Prefeitura Municipal
	Consórcio Parque Olímpico	Parque Olímpico	1,4 bilhões	Prefeitura Municipal
	Empresa Ilha Pura ¹¹	Vila dos Atletas	2,909 bilhões	Prefeitura Municipal
	Sem parcerias	Duplicação do Elevado do joá	459,88 milhões	Prefeitura Municipal
Andrade Gutierrez	Consórcio Complexo Lagunar	Recuperação Ambiental do Complexo Lagunar da Baixada de jacarepaguá	613 milhões	Prefeitura Municipal
	Consórcio Parque Olímpico	Parque Olímpico	613 milhões	Prefeitura Municipal
Carioca Engenharia	Consórcio Construtor Rio Barra	Construção do Metrô Linha 4	8,790 bilhões	Governo do Estado
	Concessionária Porto Novo	Projeto Porto Maravilha - Projeto de Revitalização da Zona Portuária. Fase 2	8,2 bilhões	Prefeitura Municipal
Carvalho Hosken	Consórcio Parque Olímpico	Parque Olímpico	1,4 bilhões	Prefeitura Municipal
	Empresa Ilha Pura	Vila dos Atletas	2,909 bilhões	Prefeitura Municipal
Queiroz Galvão	Consórcio Construtor Rio Barra	Construção do Metrô Linha 4	8,790 bilhões	Governo do Estado
	Consórcio Complexo Lagunar	Recuperação Ambiental do Complexo Lagunar da Baixada de jacarepaguá	613 milhões	Prefeitura Municipal
OAS	Consórcio Complexo Lagunar	Recuperação Ambiental do Complexo Lagunar da Baixada de jacarepaguá	613 milhões	Prefeitura Municipal
	Concessionária Porto Novo	Projeto Porto Maravilha - Projeto de Revitalização da Zona Portuária. Fase 2	8,2 bilhões	Prefeitura Municipal
Invepar	Consórcio VLT Carioca	Construção do VLT - Veículo Leve sobre Trilhos do Porto Maravilha	1,188 bilhões	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Rio de Janeiro (CDURP)

¹⁴ Quadro retirado do Dossiê do Comitê Popular.

Empreiteiras	Consórcios ou parcerias das quais participam	Obras	Valor total dos contratos⁵	Evento e órgão responsável
	Consórcio Rio Olímpico	Construção do BRT Transolímpica - Construção da Via Expressa	1,912 bilhões	Prefeitura Municipal
CCR	Consórcio VLT Carioca	Construção do VLT - Veículo Leve sobre Trilhos do Porto Maravilha	1,188 bilhões	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Rio de Janeiro (CDURP)
	Consórcio Rio Olímpico	Construção do BRT Transolímpica - Construção da Via Expressa	1,912 bilhões	Prefeitura Municipal
Cowan	Consórcio Construtor Rio Barra	Construção do Metrô Linha 4	8,790 bilhões	Governo do Estado
Servix	Consórcio Construtor Rio Barra	Construção do Metrô Linha 4	8,790 bilhões	Governo do Estado
Mendes Junior	Sem parceria	Obras de Controle de Enchentes da Grande Tijuca	613 milhões	Prefeitura Municipal
Riopar	Consórcio VLT Carioca	Construção do VLT - Veículo Leve sobre Trilhos do Porto Maravilha	1,188 bilhões	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Rio de Janeiro (CDURP)

A sistemática repetição das mesmas grandes empreiteiras brasileiras nas obras olímpicas sugere uma espécie de revezamento entre elas na execução e controle dos projetos. Assim, é possível que uma determinada empreiteira se associe a uma segunda para a disputa de uma licitação e, na licitação seguinte, esteja associada a uma terceira e em disputa com aquela que é sua parceira no outro contrato. Analisando as licitações de grandes empreendimentos, a pesquisa *Donos do Rio – Quem são os proprietários do Brasil?*¹⁵ sugere que existem indícios de formação de cartel¹⁶.

Desde que a pesquisa foi realizada, investigações promovidas pela Polícia Federal, no âmbito da Operação Lava Jato, aumentaram as suspeitas. Todas as grandes empreiteiras brasileiras estão envolvidas no escândalo da Petrobras e tiveram seus diretores e presidentes presos. As antigas denúncias sobre as escusas relações entre poder público e empreiteiras devem ser aprofundadas. Inclusive, obras realizadas para a Copa do Mundo estão sendo investigadas, como a suspeita de superfaturamento da Arena Pernambuco¹⁷, e projetos olímpicos também começam a ser investigados¹⁸.

Portanto, incluindo a Olimpíada, é possível perceber como os megaeventos não alteraram os atores político-econômicos capazes de mobilizar o fundo público, que segue beneficiando as grandes empresas em detrimento das necessidades da população, para além das denúncias de corrupção existentes. Arenas esportivas foram construídas, grandes intervenções urbanas foram realizadas pelas mesmas grandes empreiteiras, consolidando uma década de expansão e concentração desse setor. Em grande parte, expansão conseguida através da transferência de recursos públicos, tanto pela execução dos projetos como, agora, com a difusão das Parcerias Público-Privadas.

¹⁵ Pesquisa realizada pelo Instituto Mais Democracia. Mais informações em: <http://proprietariosdobrasil.org.br/>

¹⁶ Segundo a teoria econômica, a formação de cartel pressupõe a existência de um mercado concentrado e beneficia as empresas envolvidas, na medida em que o valor executado supera o valor de mercado.

¹⁷ Conforme: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1668585-pf-deflagra-operacao-de-combate-ao-superfaturamento-em-estadio-da-copa.shtml>

¹⁸ Entre as investigações, uma se refere a liberação de recursos do FGTS ligados à execução do projeto Porto Maravilha, na qual Eduardo Cunha é suspeito. Ver mais em: <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/12/exclusivo-eduardo-cunha-cobrou-r-52-mi-em-propina-para-liberar-dinheiro-do-fi-fgts-diz-pgr.html>

3. Conclusão

A Olimpíada encerra uma série de megaeventos e foi prometida como uma espécie de celebração de um Rio de Janeiro transformado. Com amplo espaço na mídia e munido de R\$ 150 milhões para propaganda¹⁹, o prefeito e sua administração tentam desqualificar seus críticos por meio de diversas estratégias, como esvaziar o debate público, repetindo sistematicamente que a maior parte do orçamento olímpico seria financiada pela iniciativa privada. Segundo Paes, esses seriam “os jogos do legado, da economia de dinheiro público e sem elefantes brancos - essa é a medalha que o Rio tem treinado incansavelmente para conquistar em 2016”²⁰.

Contudo, os dados e o discurso oficial são questionáveis e apresentam inconsistências. Se forem levadas em conta as renúncias e isenções fiscais não contabilizadas, os gastos públicos não incluídos na Matriz de Responsabilidade e as transferências do poder público nas Parcerias Público-Privadas, observa-se que o Estado brasileiro, em seus três níveis, é o verdadeiro promotor dos Jogos Olímpicos, ao mesmo tempo em que promove transferência de recursos públicos para a iniciativa privada. Isto se torna ainda mais grave quando consideramos o contexto atual de ajuste fiscal e cortes em áreas sociais, que tem prejudicado direitos como a saúde e a educação em prol da manutenção de gastos em outras áreas, como nos Jogos.

Neste artigo, pretendeu-se contribuir com o debate acerca dos megaeventos através de uma análise crítica do orçamento e da divisão de recursos entre o poder público e a iniciativa privada. Porém, não se pode perder de vista que os megaeventos estão inseridos em um projeto de cidade em curso, que tem tornado o Rio de Janeiro mais desigual e excludente.

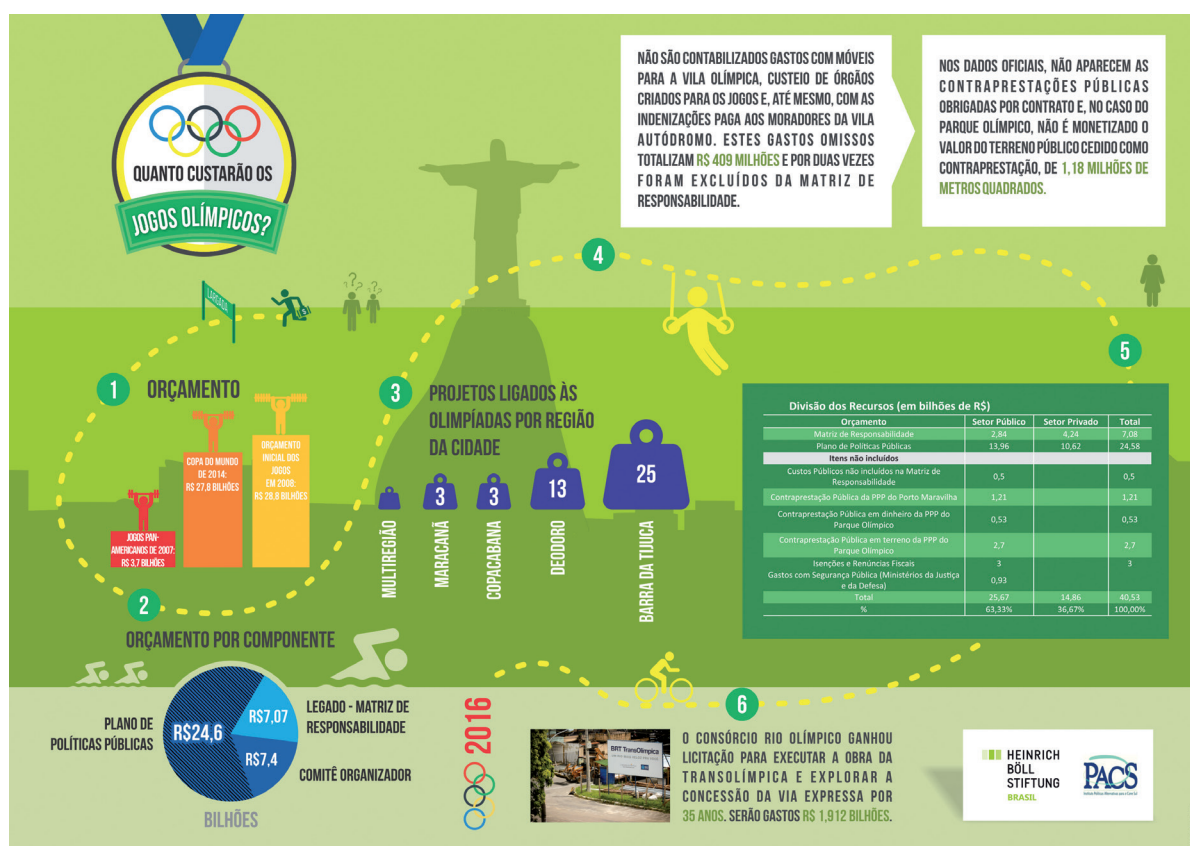
Esse projeto produz e encontra, no entanto, diversas resistências. Muitas delas se encontram dispersas, mas não se pode ignorar a possibilidade de união das agendas, materializada na disputa por uma cidade para as pessoas, e uma nova ascensão das lutas populares.

19 <http://www.meioemensagem.com.br/mob/comunicacao/interna.html?path=/home/comunicacao/noticias/2015/03/20/Tres-agencias-lideram-Prefeitura-do-Rio>

20 http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4379008/4130519/RI02016_estudos_PORT.pdf

Notas das Tabelas

- 1 Conforme nota 13.
- 2 O cálculo teve por base a contraprestação mensal de R\$ 10 milhões, ao longo de 15 anos, totalizando R\$ 1,8 bilhão, menos a parcela pública prevista no plano de políticas públicas, no valor de R\$ 592 milhões.
- 3 O valor foi calculado a partir do custo médio de terrenos na Barra da Tijuca, de R\$ 3.381,00 por m2 no mês de setembro de 2015, conforme http://www.agenteimovel.com.br/mercado-imobiliario/a-venda/barra-da-tijuca,rio-dejaneiro,rj/tipo_terreno/preco_medio_m2/, acessado em outubro de 2015
- 4 Cf. <http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/11861>
- 5 A indicação na tabela é relativa ao valor total dos contratos, o que não significa que cada empreiteira receba este valor, tendo em vista que muitas vezes atuam em consórcios, ou seja, em conjunto com outras empreiteiras. Os valores totais relativos a cada obra ou contrato estão repetidos nas linhas relativas a cada empreiteira para dar a ideia da sua participação no volume de contratos estabelecidos com o poder público.
- 6 Neste valor estão considerados dois contratos. O primeiro, de R\$ 7.633,40 milhões destina-se a construção das obras civis e de acessibilidade. O segundo, no valor de R\$ 1.157,48 milhões, tem por objetivo a implantação de sistemas operacionais e de material rodante.
- 7 O Consórcio VLT Carioca foi declarado vencedor da licitação para a construção e operação do sistema de Veículos Leves sobre Trilhos (VLT), que ligará a Zona Portuária ao centro financeiro da cidade e ao Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro. As quatro líderes do consórcio possuem 24,4375% de participação cada uma. Além disso, o consórcio conta com a participação minoritária da Brt (empresa argentina - Benito Roggio transporte), com 2% e da RATP (empresa francesa responsável pelo transporte público da capital Paris) também com 0,25%.
- 8 O Consórcio ganhou a licitação para executar a obra e explorar a concessão da via expressa por 35 anos.
- 9 Neste valor estão considerados dois contratos. O primeiro, no valor de R\$ 1.806,79 milhões, tem por objetivo a construção da via expressa, enquanto que o segundo, no valor de R\$ 106,50 milhões, está destinado a implantação da Conexão Magalhães Bastos – Deodoro.
- 10 Contrato de Parceria Público-Privada entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Concessionária Porto Novo.
- 11 A Empresa Ilha Pura é formada pelas empresas Carvalho Hosken e Odebrecht.



E-PAPER

O que escondem os gastos dos Jogos?

Caio Lima e Julia Bustamante

Fundação Heinrich Böll Brasil

Rua da Glória, 190 – 7º andar
Glória – Rio de Janeiro/RJ
20241-180

Heinrich Böll Stiftung

Schumannstraße 8, 10117 Berlin
+49 30 285 34 0
info@boell.de | www.boell.de

Tel.: 55 21 3221 9900 <https://twitter.com/HBSbrasil> | <https://www.facebook.com/bollbrasil/>
info@br.boell.org | www.br.boell.org